



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

1 Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, realizou-
2 se a reunião da **Comissão Bicameral Educação Profissional e Tecnológica no - EPT**
3 **do Conselho Nacional de Educação - CNE**. Participaram presencialmente os
4 Conselheiros: Cleunice Matos Rehem, Leila Soares de Sousa Perussolo e, virtualmente
5 pelo Teams, os Conselheiros: Gastão Dias Vieira, Givânia Maria da Silva, Israel Matos
6 Batista, Mauro Luiz Rabelo, Paulo Fossatti, Otavio Luiz Rodrigues Jr. Também
7 participaram os convidados: senhor Marcelo Bregagnoli, Secretário da Secretaria de
8 Educação Profissional e Tecnológica Setec/MEC; Bruna Brockmann, Luciana Masskado
9 e Patricia Barcelos, todas da Setec/MEC. A Conselheira Leila Soares de Sousa Perussolo
10 iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes, agradecendo a dedicação da relatoria
11 e a presença da equipe da Setec/MEC em todas as reuniões e pela disposição ao diálogo
12 permanente. Comentou sobre a importância da revisão da Resolução CNE/CP nº 1/2021
13 para incluir regras específicas na resolução anterior, sobretudo em relação ao código
14 autenticador do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e
15 Tecnológica-Sistec/MEC. A relatora, Conselheira Cleunice Matos Rehem, cumprimentou
16 os presentes e reforçou os agradecimentos à equipe da Setec/MEC quanto ao produtivo
17 diálogo. Mencionou os avanços quanto ao Sistec/MEC, bem como aos controles
18 necessários para dar maior credibilidade aos diplomas, a exemplo do código autenticador
19 e a trava digital, as quais foram omitidas em normativas anteriores. Comentou que a
20 parceria com a Setec/MEC contribuiu para que o Parecer CNE/CP nº 34, de 6 de
21 dezembro de dois mil e vinte e dois, em apreciação, trate das questões essenciais para a
22 Setec. Informou que, por indicação do Secretário da Setec/MEC, apontou a necessidade
23 de ajustes no parecer, de modo que o relato seria retirado de pauta da reunião do Conselho
24 Pleno - CP. O Secretário da Setec/MEC, Marcelo Bregagnoli, saudou os presentes e
25 agradeceu a sinergia entre o CNE e a Setec, destacando a importância da Educação
26 Profissional e Tecnológica para o governo atual. Destacou a centralidade do código
27 autenticador da trava digital na revisão da resolução e indicou outras alterações na minuta,
28 propostas para o artigo terceiro, em seus parágrafos primeiro, segundo e quarto, bem
29 como no parágrafo único, do artigo quinto, e nos respectivos artigos sétimo e oitavo, todas
30 buscando dar maior objetividade à minuta. A Conselheira Leila Soares de Sousa Perussolo
31 agradeceu novamente as contribuições da Setec /MEC e consultou os demais conselheiros
32 sobre a oportunidade de apresentar possíveis contribuições ao debate. A Conselheira
33 Cleunice Matos Rehem destacou que os dispositivos da proposta de resolução atendem
34 às necessidades do Sistec/MEC, com vistas a corrigir as desconformidades na emissão
35 dos diplomas, haja vista que a proposta de revisão contempla o que ficou ausente na
36 Resolução CNE/CP nº 1/2021 e no Parecer CNE/CP nº 34/2022, e solicitou à senhora
37 Patrícia Barcelos que explicasse o que seria o ciclo de matrículas. A senhora Patrícia
38 Barcelos agradeceu a oportunidade e explicou que o ciclo de matrículas é uma
39 regulamentação que tem o propósito de evitar a perpetuação de matrículas e turmas por
40 período superior a cinco anos no sistema, à medida que eventuais matrículas ainda
41 existentes passarão a integrar novo ciclo, o que permitirá um saneamento do sistema e a
42 qualificação da gestão e das informações nele contidas. A Conselheira Cleunice Matos
43 Rehem, considerando o que foi explicado por Patrícia Barcelos, propôs a inclusão de um



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

44 parágrafo único no artigo sétimo, que trata do ciclo de matrícula e conclusão, com o
45 seguinte texto: "Os estudantes com matrícula ativa que excederem esse período deverão
46 ser remanejados para novo ciclo". Reiterou as demais informações apresentadas pelo
47 Secretário da Setec/MEC e as colocou em apreciação pelos demais conselheiros. O
48 Conselheiro Paulo Fossatti manifestou que se sente muito à vontade em aprovar a
49 proposta, tanto pelo suporte permanente oferecido pela Setec/MEC, quanto pela
50 dedicação da relatora. Enfatizou três pontos: a) excluir a obrigatoriedade de registro de
51 cursos de qualificação profissional e qualificação técnica; b) a trava digital, c) o código
52 autenticador para os cursos técnicos de nível médio como fundamentais para a garantia
53 da qualidade da Educação Profissional. Propôs que a matéria seja colocada em apreciação
54 ainda no mês de julho. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo cumprimentou os presentes e
55 agradeceu os esforços da Comissão de EPT, bem como da Setec/MEC, repisando os
56 argumentos e comentários proferidos pelo Conselheiro Paulo Fossatti. A Conselheira
57 Cleunice Matos Rehem esclareceu que manterá a retirada de pauta, em razão da
58 necessidade de dar providências formais ao envio da versão revisada do parecer
59 supracitado e argumentou não haver prejuízo quanto à apreciação da matéria em agosto
60 do ano de dois mil e vinte e cinco, pois o mês de julho é de recesso nas instituições
61 escolares e que a Setec/MEC disporá desse tempo para deixar o sistema preparado para a
62 operar com as novas regras a partir da aprovação no Conselho Nacional de Educação -
63 CNE. A Conselheira Givânia Maria da Silva, o Conselheiro Israel Matos Batista e o
64 Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. também expressaram reconhecimento aos esforços
65 empreendidos pela comissão, igualmente ao resultado alcançado. A Conselheira Leila
66 Soares de Sousa Perussolo agradeceu novamente aos presentes e declarou encerrada a
67 Sessão, às nove horas e cinquenta e cinco minutos. Aos sete dias do mês de julho do ano
68 de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, em formato híbrido, reunião da **Comissão**
69 **Bicameral do Plano Nacional de Educação (PNE)**. Participaram presencialmente os
70 Conselheiros Héleno Manoel Gomes de Araújo (Presidente), Cleunice Matos Rehem,
71 Gastão Dias Vieira, Leila Soares de Souza Perussolo; virtualmente, os Conselheiros Israel
72 Matos Batista, Givânia Maria da Silva, Luciane Bisognin Ceretta, Mauro Luiz Rabelo,
73 Monica Sapucaia Machado, Otavio Luiz Rodrigues Jr. e Paulo Fossatti. Também esteve
74 presente, de forma remota, a convidada Manuela Ferraz Rodrigues, representante do
75 Gabinete do Ministério da Educação (MEC). A reunião foi aberta pelo Conselheiro
76 Héleno Manoel Gomes de Araújo Filho, com a saudação aos presentes e o
77 reconhecimento da relevância do trabalho da Comissão Bicameral no acompanhamento
78 da implementação da atual Lei do PNE, em vigor até dezembro do ano de dois mil e vinte
79 e cinco, bem como na proposição de metas, objetivos e estratégias para o Novo Plano
80 Nacional de Educação, em tramitação no Congresso Nacional, por meio do Projeto de Lei
81 2.614/2024. Destacou o papel do CNE como instância de monitoramento e proposição no
82 âmbito da política educacional nacional, em especial por meio da articulação com o MEC,
83 representado institucionalmente pela Secretaria de Articulação com os Sistemas de
84 Ensino - Sase, atualmente sob a gestão do Secretário de Articulação Intersetorial e com
85 os Sistemas de Ensino, o senhor Gregório Durlo Grisa, representado por Manuela Ferraz
86 Rodrigues, do Gabinete do Ministério da Educação – GM/MEC. A Conselheira Leila



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

87 Soares de Souza Perussolo apresentou um panorama dos trabalhos desde a última reunião,
88 realizada em vinte e sete de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Foram mencionadas
89 as contribuições recebidas de conselheiros e conselheiras, incluindo documentos enviados
90 pelos conselheiros Givânia Maria da Silva, Israel Matos Batista, Paulo Fossati, Celso
91 Niskier e Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho. Também destacou a recepção de uma
92 nota técnica extensa, com doze páginas, elaborada pela Conselheira Givânia Maria da
93 Silva, tratando de forma detalhada das políticas de Educação Antirracista e da Educação
94 Escolar Quilombola. Nos encaminhamentos, deliberou-se que os membros da comissão
95 poderão enviar contribuições adicionais até o dia dezesseis de julho do ano vigente. As
96 relatoras, Conselheiras Leila Soares de Souza Perussolo e Elizabeth Regina Nunes
97 Guedes farão a sistematização do material até o dia trinta de julho do ano de dois mil e
98 vinte e cinco. Ficou agendada uma nova reunião da Comissão para o dia quatro de agosto
99 de dois mil e vinte e cinco, com o objetivo de debater e validar o relatório final. Também
100 será agendada uma reunião prévia entre a Presidência da Comissão, a relatoria e o
101 Secretário da Sase/MEC, para apresentar os encaminhamentos e garantir a articulação
102 institucional necessária para o recebimento das propostas do CNE pelo Ministério da
103 Educação. Foi mencionada a possibilidade de que a versão final do relatório da comissão
104 seja encaminhada diretamente ao Conselho Pleno, na reunião de cinco de agosto do ano
105 de dois mil e vinte e cinco, com a deliberação do Presidente, Conselheiro Antonio Cesar
106 Russi Callegari. Todavia, não havendo necessidade de apreciação pelo Conselho Pleno, a
107 comissão poderá realizar a entrega oficial diretamente à Sase. Sendo esses os
108 encaminhamentos, a Sessão foi encerrada. Aos sete dias do mês de julho do ano de dois
109 mil e vinte e cinco, das onze às doze horas, reuniu-se a **Comissão Bicameral de**
110 **Educação Ambiental e Mudanças Climáticas do Conselho Nacional de Educação**
111 **(CNE)**. Estiveram presencialmente os conselheiros Cleunice Matos Rehem (Presidente)
112 e Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho. Participaram virtualmente, pela plataforma
113 Microsoft Teams, os Conselheiros Givânia Maria da Silva, Israel Matos Batista (Relator
114 da CEB), Mauro Luiz Rabelo, Monica Sapucaia Machado e Paulo Fossati. Participou
115 virtualmente, a convidada externa, senhora Viviane Vazzi Pedro, representante da
116 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e
117 Inclusão - Secadi/CGPEC/MEC. Durante a reunião, foram retomadas as pautas debatidas
118 anteriormente. A condução da reunião foi presidida pela Conselheira Cleunice Matos
119 Rehem. Os principais temas abordados incluíram: 1) o andamento da atualização das
120 Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental DCN's-EA; 2) os
121 desdobramentos da Conferência Infantojuvenil pelo Clima; 3) uma consulta encaminhada
122 pelo município de Uberlândia/MG; 4) articulações em torno da Pré-COP30; e 5) informes
123 gerais. O primeiro ponto discutido foi o processo de atualização das DCN's-EA, cuja
124 entrega está prevista para outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, em consonância com
125 a realização da COP30 (em novembro, no estado do Pará) e a Pré-COP30 (em outubro,
126 em Brasília - DF). A relatoria está a cargo dos Conselheiros Elizabeth Regina Nunes
127 Guedes e Israel Matos Batista. Mencionou que um grupo de especialistas está sendo
128 constituído para apoiar tecnicamente os trabalhos da comissão, com indicações pela
129 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

130 Inclusão - Secadi/MEC. O Conselheiro Israel Matos Batista, destacou que o movimento
131 “Todos Pela Educação” encaminhou uma nota técnica com sugestões a respeito da
132 atualização das DCN’s, bem como reformulação da Base Nacional Comum Curricular-
133 BNCC, no que se refere à educação ambiental. Em seguida, Viviane Vazzi Pedro
134 apresentou um panorama sobre a Conferência Infantojuvenil pelo Clima, como tema
135 central a justiça climática. Informou que a etapa escolar foi concluída com a participação
136 de cerca de sete mil e oitocentas escolas das regiões do país, apesar de enfrentarem
137 resistência de setores negacionistas. Mencionou que em agosto deste ano ocorrerão as
138 conferências estaduais, que selecionarão as delegações para a etapa nacional, prevista
139 para os dias seis a dez de outubro de dois mil e vinte e cinco, em Luziânia/GO.
140 Contabilizou que do evento participarão aproximadamente mil pessoas e a programação
141 incluirá momentos liderados exclusivamente por jovens. Sugeriu que o CNE organize
142 uma roda de conversa durante a conferência, especialmente voltada para educadores e
143 acompanhantes, com o objetivo de debater a proposta de atualização das DCN’s. Quanto
144 à Pré-COP30, informou que o Ministério do Meio Ambiente - MMA é o responsável pela
145 organização. A conferência infantojuvenil poderá integrar o processo preparatório oficial,
146 a depender da articulação com o MMA. Também relatou que a Educação Ambiental foi
147 um dos temas mais votados na Conferência Nacional de Educação de Adultos, reforçando
148 a relevância da pauta. Atualizou os participantes sobre o andamento da Política Nacional
149 de Educação Ambiental Escolar, inicialmente prevista para julho do ano de dois mil e
150 vinte e cinco, mas adiada para agosto ou setembro do vigente ano em razão dos ajustes
151 temáticos e pelas questões orçamentárias. A nova política será de adesão voluntária por
152 estados e municípios, com impacto direto nas redes públicas. Ações estruturantes já estão
153 em andamento, como formações sobre resiliência climática, no estado do Rio Grande do
154 Sul e o início de uma pesquisa diagnóstica sobre a vulnerabilidade das escolas a eventos
155 climáticos. A Conselheira Cleunice Matos Rehem propôs incluir Viviane Vazzi Pedro –
156 Secadi/MEC no grupo de trabalho da comissão na rede social WhatsApp, para facilitar a
157 troca de informações e envio de documentos. Em seguida, o Conselheiro Israel Matos
158 Batista apresentou um diagnóstico da BNCC, apontando que o documento trata o meio
159 ambiente de forma transversal e genérica, sem menções explícitas a conceitos como
160 “mudanças climáticas”, “justiça climática”, “proteção da biodiversidade” e “riscos
161 socioambientais”. Observou que o termo “meio ambiente” aparece vinte e oito vezes na
162 BNCC, enquanto “sustentabilidade” aparece nove. Comentou que no Ensino Médio, a
163 abordagem é fragmentada e, na Educação Infantil, apenas implícita, e destacou que as
164 práticas de educação ambiental desenvolvidas em territórios indígenas e quilombolas
165 precisam ser ouvidas e incorporadas nas novas diretrizes, considerando sua relevância e
166 contribuição histórica para a proteção ambiental. A Conselheira Givânia Maria da Silva
167 reforçou esse ponto, lembrando que essas comunidades ainda representam importante
168 barreira à degradação ambiental e precisam ter suas vozes respeitadas e valorizadas. Outro
169 ponto debatido foi a aproximação entre a Conferência Infantojuvenil e a Conferência
170 Nacional de Educação de Adultos. A Conselheira Cleunice Matos Rehem sugeriu o
171 envolvimento direto do MMA nas discussões, especialmente por meio do grupo
172 responsável pelo Programa Nacional de Educação Ambiental, em parceria com o MEC.



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

173 Por fim, discutiu-se a participação do CNE na Pré-COP30, durante o mês de outubro em
174 Brasília-DF. A proposta é que a comissão participe com uma mesa de debate, ou
175 utilizando o evento como espaço de escuta pública para coletar contribuições adicionais.
176 Nada mais havendo a tratar, a Sessão foi encerrada. A Reunião da **Comissão para**
177 **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina**
178 **da Câmara de Educação Superior - CES** foi realizada no dia sete de julho de dois mil
179 e vinte e cinco, das quatorze às quinze horas. Estiveram presencialmente na reunião os
180 Conselheiros Ludhmila Abrahão Hajjar (Presidente), Elizabeth Regina Nunes Guedes
181 (Relatora) e Paulo Fossatti. Participaram virtualmente, por meio da plataforma Microsoft
182 Teams, os Conselheiros André Guilherme Lemos Jorge, Luciane Bisognin Ceretta, Mauro
183 Luiz Rabelo e Monica Sapucaia Machado. Presentes, como convidados virtuais, Manuela
184 Ferraz Rodrigues da Costa, do Ministério da Educação - MEC e Silvio Pessanha Neto, do
185 Instituto de Educação Médica - Idomed. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes,
186 abriu a reunião agradecendo aos conselheiros e colaboradores, destacando a participação
187 da Conselheira Ludhmila Abrahão Hajjar e do Conselheiro Paulo Fossatti, do Secretário-
188 Executivo do Conselho Nacional de Educação Christy Ganzert Gomes Pato e do vice-
189 presidente da YDUQS Participações S/A, Silvio Pessanha Neto. Informou que o texto
190 final das novas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN's do Curso de Medicina foi
191 amplamente debatido com as instituições públicas e privadas, o Ministério da Saúde -
192 MS, subcomissões e a Comissão Interministerial de Educação Médica, incorporando
193 diversas sugestões. A Conselheira Ludhmila Abrahão Hajjar, agradeceu à equipe e
194 destacou o papel do professor Silvio Pessanha Neto, vice-presidente da YDUQS e CEO
195 do Idomed, na elaboração das diretrizes. Ressaltou que o texto rompeu com o modelo
196 hospitalocêntrico, valorizando uma formação com visão social, tecnológica e sensível às
197 necessidades nacionais, como emergências sanitárias e mudanças climáticas. Defendeu
198 que a minuta, após contribuições pontuais, seja deliberada para votação na Câmara de
199 Educação Superior em agosto do ano de dois mil e vinte e cinco e publicado ainda neste
200 ano, em articulação com o Ministério da Educação. Silvio Pessanha Neto destacou que as
201 novas diretrizes representam um avanço necessário, com ênfase em competências
202 objetivas ao longo do curso, cuidado centrado na pessoa, equidade, diversidade e atuação
203 em todos os níveis de complexidade. Mencionou que o internato permanece com trinta e
204 cinco por cento da carga horária, sendo trinta por cento dedicados igualmente à medicina
205 de família e comunidade e à urgência e emergência. Os setenta por cento restantes
206 abrangem áreas como clínica médica, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia, pediatria,
207 saúde mental, medicina intensiva e trauma. Destacou a inclusão da saúde digital
208 (inteligência artificial, big data e telemedicina), o fortalecimento do autocuidado
209 estudantil, a criação das “áreas verdes” na semana padrão, a avaliação programática e os
210 critérios de custo-efetividade, reforçando o alinhamento entre qualidade e
211 sustentabilidade. O Conselheiro Paulo Fossatti elogiou a clareza e objetividade da minuta,
212 destacando as vinte e sete competências do perfil do egresso como ponto alto. Sugeriu
213 incluir no parágrafo inicial do perfil uma frase que reconheça que o médico formador
214 também deve incorporar essas competências, promovendo coerência entre ensino e
215 prática. O Conselheiro Mauro Luiz Rabelo, parabenizou o grupo pela qualidade do



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

216 documento, ressaltando a clareza na estrutura das competências e o tratamento dado ao
217 tema da avaliação, compatível com metodologias ativas já aplicadas nos cursos de
218 Medicina. Na fase de deliberação, Elizabeth Regina Nunes Guedes concedeu a palavra à
219 Conselheira Ludhmila Abrahão Hajjar para dar condução aos encaminhamentos. Foi
220 informado que a minuta está aberta a sugestões até a próxima reunião, em agosto do ano
221 de dois mil e vinte e cinco, e que será pautada para deliberação final na Câmara de
222 Educação Superior - CES. A minuta foi aprovada com a inclusão da sugestão do
223 Conselheiro Paulo Fossatti e eventuais contribuições ainda poderão ser incorporadas ao
224 longo do mês. Ao final, a Conselheira Ludhmila Abrahão Hajjar agradeceu o apoio dos
225 Conselheiros Paulo Fossatti, Mauro Luiz Rabelo, à relatora Elizabeth Regina Nunes
226 Guedes, e em especial a Silvio Pessanha Neto, e afirmou considerar a minuta uma entrega
227 madura e relevante para o país. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes encerrou
228 a reunião agradecendo aos presentes e reforçando que o trabalho conjunto deixará um
229 legado positivo para a formação médica no Brasil. Aos sete dias do mês de julho do ano
230 de dois mil e vinte e cinco, das quatorze às quinze horas, a **Comissão da Câmara de**
231 **Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) realizou reunião**
232 **sobre Artes – Normas Complementares à BNCC.** Participaram presencialmente os
233 Conselheiros Leila Soares de Souza Perussolo (Presidente), Antonio Cesar Russi
234 Callegari (Relator), Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho. E, virtualmente, pela
235 plataforma Microsoft Teams, a Conselheira Givânia Maria da Silva. Estiveram presentes
236 como convidados, Fabiana Marroni Della Giustina, da Universidade de Brasília - UnB,
237 Alexandre Falcão, da Coordenação-Geral de Educação Integral e Tempo Integral -
238 Cogefi/SEB/MEC e, remotamente, os convidados Ana Elisabeth Simões Brandão, da
239 Universidade Federal da Bahia - UFBA, Francione Carvalho, da Universidade Federal de
240 Juiz de Fora - UFJF e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação -
241 ANPEd, Lilian Cláudia Xavier Cordeiro, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul -
242 IFRS e Rita Aquino, da Universidade Federal da Bahia - UFBA. A Conselheira Leila
243 Soares de Souza Perussolo iniciou a reunião expressando a honra que é presidir os
244 trabalhos da comissão. Destacou a riqueza do processo de escuta qualificada e o
245 aprendizado proporcionado por todos os especialistas convidados, especialmente o
246 professor Alexandre Falcão, além da importante participação do Ministério da Cultura -
247 MinC nas reuniões anteriores. Ressaltou que este tem sido um trabalho significativo e de
248 grande valor para o CNE, bem como para a Câmara de Educação Básica. O Presidente do
249 CNE, Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari, agradeceu à Conselheira Leila Soares
250 de Sousa Perussolo pelo acolhimento e condução da reunião, estendendo seus
251 cumprimentos ao Vice-presidente da CEB, Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo
252 Filho, aos convidados presentes e demais participantes. O Conselheiro Antonio Cesar
253 Russi Callegari enfatizou a relevância do tema tratado, lembrando que o CNE foi
254 responsável pela elaboração da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, entre os anos
255 de dois mil e dezessete e o ano de dois mil e dezoito. No ano de dois mil e dezessete,
256 foram trabalhadas as diretrizes para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e no
257 ano de dois mil e dezoito, para o Ensino Médio. Ele destacou que, embora a BNCC seja
258 um marco importante, já se observa a necessidade de revisões e atualizações. Durante o



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

259 processo de elaboração da BNCC, identificou-se que duas áreas do conhecimento
260 demandavam atenção especial: Computação e Artes. A primeira, já foi objeto de um
261 documento complementar; na conjuntura atual o foco é a área de Artes, cujo tratamento
262 foi postergado devido à sua especificidade e importância estratégica, de natureza
263 transversal. Ressaltou que, em um mundo cada vez mais pautado pela inovação, a
264 criatividade precisa ocupar posição central nos processos educacionais, buscando práticas
265 que vão além do ensino-aprendizagem e perpassando a formação das identidades, os
266 percursos profissionais e o exercício pleno da cidadania contemporânea. Destacou que,
267 historicamente, a área de Artes tem sido tratada de forma subalterna na estrutura da
268 Educação Básica, com exceções notáveis que apenas evidenciam a regra. O CNE busca
269 reverter essa lógica, elaborando, com apoio de especialistas e da sociedade, um parecer
270 acompanhado de projeto de resolução que valorize e explique o papel central da área de
271 Artes na formação integral dos estudantes. A proposta é que o ensino de artes contribua
272 de forma significativa e integrada para o desenvolvimento humano e coletivo quanto para
273 o enriquecimento das demais áreas do conhecimento, reafirmando sua centralidade no
274 currículo escolar. Ao término de sua exposição, o Conselheiro Antonio Cesar Russi
275 Callegari deu oportunidade para que os membros da mesa se apresentassem, informando
276 as instituições de origem e áreas de atuação. A professora Fabiana Marroni Della Giustina,
277 da UnB, destacou a trajetória na educação básica e atuação há quinze anos como docente
278 na universidade, coordenando cursos de licenciatura e bacharelado na modalidade do
279 Teatro, incluindo a Educação a Distância, por meio do Programa Universidade Aberta do
280 Brasil. Ainda, mencionou a experiência na Secretaria de Educação do Distrito Federal -
281 SEDF, enfatizou o foco na formação de docentes e na pesquisa sobre as interfaces entre
282 o teatro e dança. Pontuou a realidade diferenciada do Distrito Federal, que gerencia toda
283 a educação básica, permitindo modelos inovadores como as Escolas-Parque e jornadas
284 docentes ampliadas. Reforçou a importância de fortalecer a transversalidade das artes na
285 Educação Básica e a carta da Federação de Artes/Educadores do Brasil (Faeb) como
286 referência para ampliar a efetividade da legislação educacional nas diferentes realidades
287 estaduais e municipais. Expressou a vontade pessoal em contribuir com o debate a partir
288 da experiência na docência no DF. O senhor Alexandre Falcão se apresentou
289 mencionando sua atuação na Cogefi/SEB/MEC. Destacou que previamente era docente
290 da área de Artes na Universidade Federal de Rondônia - UNIR e conta com larga
291 experiência na interface entre Educação Integral e o Ensino de Artes. A Conselheira
292 Givânia Maria da Silva deu as boas-vindas aos participantes, destacando que o Brasil e
293 CNE encontram-se em um momento importante e desafiador. Ressaltou a necessidade de
294 unir esforços para a reconstrução de uma educação efetivamente voltada à sociedade, com
295 base na pesquisa e experiências exitosas, fez referência às ponderações da professora
296 Fabiana Marroni Della Giustina. Enfatizou que é essa soma de esforços que fortalecerá a
297 construção de uma educação inclusiva e transformadora. A professora Rita Aquino, da
298 UFBA, destacou a tradição da instituição no campo das artes, com quatro escolas
299 específicas: Belas Artes, Dança, Música e Teatro, e que oferecem licenciaturas presenciais
300 e a distância, além de programas de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Atualmente,
301 integra a Coordenação de Artes e Cultura da Pró-Reitoria de Extensão da UFBA e



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

302 compartilhou duas experiências relevantes: o convênio com a Secretaria Municipal de
303 Educação de Salvador, voltado à formação e diagnóstico da situação da área de artes na
304 rede pública e o projeto nacional, em parceria com a Fundação Nacional de Artes -
305 Funarte/MinC, que investiga o acesso às artes em escolas de tempo integral em seis
306 estados das cinco regiões do país. Finalizou manifestando sua intenção em contribuir com
307 o debate a partir da sua práxis. A professora Ana Elisabeth Simões Brandão, da UFBA,
308 compartilhou que atua como docente no ensino das artes há quarenta e cinco anos.
309 Destacou os avanços na história e a especificidade da BNCC como base para progressos
310 na área das artes. Comentou que enquanto professora estabeleceu uma parceria com a
311 colega Rita Aquino, da UFBA, e que atuam na elaboração de currículos para a rede
312 municipal do município de Salvador, na qual se realizam concursos específicos para
313 docentes de artes por linguagem, fortalecendo a formação e o estágio dos licenciandos.
314 Ana Elisabeth Simões Brandão ressaltou a importância de compartilhar essas
315 experiências e ampliar as práticas em outras redes educacionais. A professora Lilian
316 Cláudia Xavier Cordeiro, do IFRS, representante da Associação Nacional dos Professores
317 de Arte dos Institutos Federais, destacou a luta em implementar as quatro linguagens
318 artísticas nos campi dos Institutos Federais - IFs. Pontuou que a grande maioria dos
319 professores exerce funções de forma generalista, sem dispor de uma formação específica.
320 Defendeu como pauta a ampliação das vagas e carga horária para o ensino das artes, em
321 especial, na etapa do Ensino Técnico, visando a formação integral. Colocou-se à
322 disposição para contribuir com os membros da comissão. O professor Francione Oliveira
323 Carvalho, da UFJF, atua no curso de Pedagogia, é filiado à Federação de Arte/Educadores
324 do Brasil - Faeb e, atualmente, coordena o Grupo de Trabalho – GT, intitulado Educação
325 e Artes da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED.
326 Destacou a importância da contratação e atuação profissional na área, referenciando a
327 região da Zona da Mata Mineira. Agradeceu o espaço e diálogo estabelecido entre a
328 comissão e convidados. A professora Ana Elisabeth Simões Brandão, da UFBA,
329 manifestou concordância com as diretrizes apresentadas, acrescentando contribuições
330 baseadas em experiências da teoria a prática. No eixo de tempos e condições curriculares,
331 destacou dificuldades como a falta de espaço adequado e carga horária insuficiente,
332 propôs estratégias de mediação e formação continuada aos professores. A respeito da
333 contratação e atuação profissional, ressaltou a escassez de professores especializados em
334 artes e a necessidade de valorizar como área de conhecimento específica. Em relação aos
335 projetos e ações extracurriculares, enfatizou a importância do acesso às artes na matriz
336 curricular e no tempo expandido, adotando estratégias de mediação para garantir o acesso,
337 inclusive em escolas de tempo integral. Sugeriu a criação do quarto eixo conceitual, que
338 aborde a mediação cultural, a presença de artistas nas escolas e como espaço de arte,
339 cultura e cidadania. Destacou o trabalho conjunto com Rita Aquino sobre as dimensões
340 do conhecimento artístico — estesia, expressão, criação, fruição, reflexão e crítica — e a
341 compreensão das artes como experiência, conceito amplamente presente na BNCC.
342 Finalizou ressaltando a importância da continuidade do trabalho da comissão. A
343 professora Lilian Cláudia Xavier Cordeiro, do IFRS, destacou que a contribuição foca nas
344 especificidades do ensino técnico integrado no âmbito dos Institutos Federais. Explicou



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

que, embora a luta pela implementação das quatro linguagens artísticas seja um desafio, considera que as particularidades de cada curso técnico dialogam de formas distintas com as artes, como nos casos de agronomia ou multimídia. Ressaltou a importância da transversalidade entre a formação artística e as áreas tecnológicas, apontando a necessidade de criar institutos voltados para a produção cultural, além dos tradicionais focos agrícolas ou industriais. Destacou sobre o valor das práticas extensionistas com os estudantes do Ensino Médio, que possibilitam interação com a comunidade e mestres da cultura local, enriquecendo a formação para além do currículo básico. Salientou o processo de fortalecimento do espaço das artes nas instituições tecnológicas, enfrentando a disputa por vagas e recursos com outras disciplinas e justificou a existência da associação de professores de artes como forma de garantir e ampliar as discussões. Francione Oliveira Carvalho, da UFJF, afirmou que as artes correspondem a um campo consolidado, com ampla produção e reflexão, mas que a presença nas escolas é desigual devido às especificidades regionais. Enfatizou a importância da garantia do profissional de artes na Educação Básica, defendeu os concursos públicos específicos para as quatro linguagens artísticas. Observou que os cursos de pedagogia preparam docentes para diversas disciplinas, mas que a formação em artes é insuficiente, destacando que as futuras professoras conhecem na formação os processos criativos e os espaços culturais locais. Assinalou a predominância histórica de profissionais de artes visuais nas redes públicas, o que provoca um desequilíbrio entre as diferentes linguagens artísticas. Por fim, apontou a precariedade do ensino de artes na rede privada, em que a disciplina é oferecida de forma esporádica, ou seja, comentou que o trabalho da comissão visa fortalecer a presença do Ensino das Artes no currículo escolar. A Conselheira Leila Soares de Souza Perussolo agradeceu a consideração apontada pelo professor Francione e destacou que a escuta qualificada faz parte do trabalho das comissões. A presidente ressaltou que a comissão adotará um planejamento por meio de consultas públicas para aprimorar o diálogo com redes de ensino, conselhos estaduais e outras entidades. Tais práticas fortalecem a conexão entre o CNE, o MEC, as universidades e as redes de educação básica. A professora Fabiana Marroni Della Giustina, da UnB, comentou sobre a articulação entre três eixos fundamentais na discussão sobre o ensino de artes: tempo e condições curriculares, contratação e atuação profissional, e projetos extracurriculares. Assinalou que o tempo destinado às aulas de artes influencia diretamente na qualidade das experiências formativas dos estudantes, sendo que oficinas com maior duração possibilitam um trabalho mais aprofundado com as diferentes linguagens. Defendeu a realização de concursos públicos específicos para cada linguagem - artes visuais, teatro, dança e música) e salientou que na maioria dos estados, a etapa do Ensino Fundamental ainda não conta com professores licenciados em artes. A disciplina acaba por ser ministrada por pedagogos com formação mínima na área, comprometendo a qualidade do ensino. Reforçou a importância de assegurar, por meio da legislação, a presença do profissional de artes na educação básica. Em relação aos projetos extracurriculares, destacou as condições de trabalho dos docentes, que acumulam funções para viabilizar ações artísticas no contraturno. Ponderou que somente com avanços integrados a partir dos três eixos será possível garantir o acesso efetivo às quatro linguagens artísticas na



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

388 Educação Básica. O Conselheiro Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho reforçou as
389 preocupações com a precarização da atuação docente na área de artes, destacou a metade
390 dos professores dos anos finais do ensino fundamental não possuem formação específica
391 na área, e que cinquenta e um vírgula seis por cento, encontram-se em situação contratual
392 precária. Ressaltou que os dados evidenciam o descaso com o ensino das artes e
393 representam grande desafio para a garantia de um quadro efetivo e qualificação
394 profissional. O relator da comissão, Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari, destacou
395 que o CNE tem aprovado diretrizes relevantes como as do Novo Ensino Médio, que
396 valorizam projetos integradores e processos criativos, conceitos diretamente vinculados
397 à área de artes. Mencionou as diretrizes relativas à educação integral e ao uso de
398 tecnologias, ampliando as possibilidades de inserção da atuação artística nas escolas.
399 Ressaltou que é papel das escolas envolver os gestores na construção dessas diretrizes e
400 observou que será necessário buscar o equilíbrio entre o ideal e o possível. O senhor
401 Alexandre Falcão, Cogefiti/SEB/MEC, mencionou a relevância do ensino das artes e da
402 cultura na educação integral, especialmente em relação à meta seis do PNE, que prevê
403 vinte e cinco por cento das matrículas em tempo integral. Defendeu que as artes deverão
404 se fazer presentes na jornada ampliada, bem como na reduzida. Por sua vez, o relator,
405 Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari, informou que o CNE está elaborando
406 diretrizes para a formação continuada de professores, incluindo profissionais de outras
407 áreas que necessitam integrar as dimensões artísticas. A Conselheira Leila Soares de
408 Souza Perussolo agradeceu aos presentes e cumprimentou pelo debate enriquecedor,
409 encerrando a Sessão. No dia sete de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, das quinze
410 às dezesseis horas, foi realizada a reunião da **Comissão Bicameral Formação Inicial e**
411 **Continuada de Professores e Gestores da Educação**. Participaram presencialmente os
412 Conselheiros Paulo Fossatti (Presidente), Márcia Teixeira Sebastiani (Relatora), Antônio
413 Cesar Russi Callegari, Celso Niskier, Cleunice Matos Rehem, Elizabeth Regina Nunes
414 Guedes, Gastão Dias Vieira, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Israel Matos Batista,
415 Leila Soares de Souza Perussolo, Maria Paula Dallari Bucci, Otavio Luiz Rodrigues Jr.
416 E, remotamente participaram as Conselheiras Givânia Maria da Silva, Ilona Maria
417 Lustosa Becskeházy. A reunião iniciou com a condução do presidente da comissão
418 Conselheiro Paulo Fossatti que deu as boas-vindas aos participantes. A Conselheira Maria
419 Paula Dallari Bucci cumprimentou o presidente e a relatora, bem como os demais
420 presentes. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani iniciou as considerações frisando que
421 precisaria ser objetiva, tendo em vista a temporalidade da reunião. Mencionou que
422 solicitou o apoio técnico do CNE para o envio de dois documentos aos conselheiros. O
423 primeiro documento trata da minuta de resolução do Estágio Supervisionado, com as
424 contribuições recebidas por meio da Consulta Pública e, o outro, da análise detalhada com
425 as sugestões incorporadas a minuta. A Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani destacou
426 que sua análise buscou esclarecer as alterações propostas e justificar as decisões tomadas.
427 Como exemplo, citou o artigo sétimo, esclarecendo que não seria necessária a submissão
428 ao Comitê de Ética para entrevistas realizadas no estágio; o artigo oitavo, onde definiu o
429 portfólio como um conjunto de registros que demonstram a trajetória e o desenvolvimento
430 do estudante; e o artigo décimo, no qual trata da manutenção da expressão “geração



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

431 “dialógica” por considerá-la mais abrangente do que o termo “comunicação”. Mencionou
432 três pontos que, embora não acolhidos, foram fundamentados: a obrigatoriedade de que
433 o estágio ocorra prioritariamente em instituições de Educação Básica, com base na
434 Resolução CNE/CP nº 2/2019; o início do estágio desde o início do curso, com
435 possibilidade de distribuição progressiva da carga horária; e a exigência de condições
436 institucionais adequadas para a realização dos estágios. Alertou sobre as contradições
437 entre as sugestões da consulta pública — algumas pedindo mais autonomia e outras maior
438 detalhamento — e afirmou que a minuta visa o equilíbrio para garantir qualidade
439 formativa. Concluiu que a proposta exposta à comissão é justificada por uma formação
440 docente eficaz. O Conselheiro Paulo Fossatti agradeceu à relatora pelo trabalho realizado
441 e concedeu a palavra aos demais participantes. A Conselheira Ilona Maria Lustosa
442 Becskeházy Ferrão de Sousa agradeceu à presidência e à relatoria, parabenizando-os pelo
443 trabalho. Comentou que a minuta da Resolução se encontra qualificada, fazendo
444 referência a um manual de implementação de estágio e reconheceu a condução cuidadosa
445 no processo. Pontuou dois comentários, o primeiro, de natureza editorial, sugeriu a troca
446 da palavra “ponte” por “interação”, por considerar o termo “ponte” poético e ambíguo.
447 Ainda, colocou-se à disposição da comissão, em especial da relatoria, para uma possível
448 releitura da minuta. O segundo comentário foi de ordem estrutural: defendeu
449 enfaticamente a retomada do uso do termo “disciplina” nas abordagens curriculares.
450 Justificou, segundo as suas observações e experiências recentes, destacando que a
451 situação da educação brasileira é preocupante no que tange a esse aspecto. Relatou visitas
452 técnicas em universidades do exterior, constatando que o currículo nos países
453 desenvolvidos é disciplinar, ou seja, se o currículo do aluno é disciplinar, a formação do
454 docente também deveria obedecer está lógica. Afirmou que o debate já ocorre há mais de
455 uma década em países desenvolvidos, enquanto no Brasil, o termo encontra-se
456 desvalorizado, referenciando que essa problemática está colocada desde a década de
457 setenta do século vinte. Citou o especialista Michael Young para destacar sua contribuição
458 teórica na demonstração da importância da disciplina como elemento fundamental para a
459 produção e transmissão do conhecimento nas gerações. Solicitou à relatora que na minuta
460 se apresente o termo “disciplina” por considerá-la fundamental para a estruturação
461 curricular e a formação do docente. Finalizou agradecendo e reiterando a disponibilidade
462 de colaborar com a redação do documento por intermédio de seu conhecimento teórico.
463 A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes solicitou esclarecimentos sobre a
464 diferença entre os termos “disciplina” e “unidade curricular”. A Conselheira Ilona Maria
465 Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa diferenciou que “disciplina” se refere às áreas
466 consolidadas do conhecimento, como matemática, geometria e gramática, fundamentais
467 para o desenvolvimento científico e pedagógico, enquanto “unidade curricular” pode
468 representar temas mais integradores, porém menos estruturados. Defendeu que, embora
469 o professor possa trabalhar temas interdisciplinares em sala, a organização curricular, a
470 formação docente e a contratação de professores deverão respeitar os limites de cada
471 disciplina. A Conselheira Cleunice Matos Rehem corroborou com o comentário da
472 Conselheira Ilona Maria Lustosa Becskehazy Ferrão de Sousa, reforçando que o termo
473 “disciplina” continua sendo componente primordial nos currículos, vinculado ao



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

474 conteúdo, objetivos e atividades específicas. Ressaltou que os principais prejudicados
475 pela ausência deste referencial são próprios estudantes. A Conselheira Maria Paula Dallari
476 Bucci destacou que, posteriormente a conversa com a Conselheira Elizabeth Regina
477 Nunes Guedes, obteve outra compreensão sobre o tema, pois a discussão não se refere
478 apenas ao conhecimento canônico, mas à necessidade de organização curricular em um
479 cenário de relativização de conteúdo. Sugeriu que o parecer apresente uma justificativa
480 conceitual para o uso do termo “disciplina”, a fim de consolidar o vocabulário nas
481 resoluções do CNE. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari lembrou que durante a
482 formulação da BNCC, a crítica mais frequente tratou da confusão entre áreas de
483 conhecimento e a ausência de fundamentos epistemológicos nas disciplinas. Defendeu
484 que não é possível enfocar a interdisciplinaridade sem domínio da base teórica disciplinar.
485 Reconheceu as experiências bem-sucedidas de formação por áreas de conhecimento,
486 citou a exemplo, Universidade Federal do ABC - UFABC e em instituições da Bahia, que
487 garantem o domínio conceitual e teórico amplo pelos docentes. A Conselheira Leila
488 Soares de Souza Perussolo parabenizou a relatora e apresentou sugestões, como no
489 preâmbulo, de explicitar que a minuta é complementar à Resolução CNE/CP nº4/2024
490 sobre Formação Inicial de Professores. No artigo segundo, recomendou esclarecer que as
491 “atividades pedagógicas” deverão ocorrer no âmbito escolar; no artigo terceiro, defendeu
492 a obrigatoriedade da presencialidade e o início do estágio já no primeiro semestre da
493 graduação; no artigo quarto, propôs incluir as etapas e modalidades da educação, além
494 das áreas; no artigo sétimo, propôs incluir a dimensão da articulação escola-comunidade
495 nas observações de estágio e registros mais reflexivos; E, por fim, pontuou a definição do
496 conceito de “profissional de referência”, para que funções formativas não recaiam sobre
497 profissionais fora da sala de aula. O Conselheiro Israel Matos Batista apresentou
498 considerações de aperfeiçoamento: 1. incluir definição de “rede de ensino” no artigo
499 segundo; 2. harmonizar a terminologia com o Decreto nº 12.456, de maio do ano de dois
500 mil e vinte e cinco, 3. explicitar que estagiários não podem assumir regência de turma,
501 conforme Resolução CNE/CP nº 4/2024; 4. restringir a pluralidade institucional nas
502 Instituições de Educação Básica; 4. ajustar o termo “conhecimento curricular” com foco
503 na BNCC; 5. detalhar os tipos de avaliação no estágio; 6. E, inserir exigência de
504 estratégias diversificadas de aprendizagem. Comentou que enviou as sugestões à relatoria
505 e aguarda retorno. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari realizou três
506 ponderações: 1. questionou se está definido na minuta o número máximo de estagiários
507 por docente; 2. sugeriu explicitar a diferença entre estágio e extensão; e 3. propôs
508 reavaliar a exigência de cem por cento de presencialidade, considerando o recente Decreto
509 da Educação a Distância nº 12.456/2025, que flexibiliza atividades formativas. A
510 Conselheira Márcia Teixeira Sebastiani respondeu que o limite é de dez estagiários por
511 supervisor e que consta na Lei de Estágio; que a distinção entre extensão e estágio está
512 detalhada no parecer; e que a minuta será ajustada conforme o novo marco da EaD.
513 Agradeceu as contribuições recebidas por e-mail e presencialmente reiterando que é
514 fundamental a realização da Audiência Pública. Tal solicitação, foi emitida ao CNE, em
515 janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, ou seja, faz parte do processo para submeter a
516 minuta da Resolução de Estágio à votação no Conselho Pleno. O Conselheiro Paulo



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

517 Fossatti, presidente da comissão, declarou encerrada a reunião. No dia sete de julho do
518 ano de dois mil e vinte e cinco, das dezesseis às dezessete, reuniu-se a **Comissão**
519 **Bicameral Utilização da Inteligência Artificial na Educação, no Conselho Nacional**
520 **de Educação.** Estiveram presentes os Conselheiros Monica Sapucaia Machado
521 (Presidente), Celso Niskier (Relator), Antonio Cesar Russi Callegari, Cleunice Matos
522 Rehem, Elizabeth Regina Nunes Guedes, Gastão Dias Vieira, Israel Matos Batista, Paulo
523 Fossati. E, virtualmente, através da plataforma Microsoft Teams, o Conselheiro Mauro
524 Luiz Rabelo. A Conselheira Monica Sapucaia Machado, abriu os trabalhos informando
525 que o relator Conselheiro Celso Niskier, apresentaria os pontos centrais do relatório aos
526 demais conselheiros. Justificou que o relatório poderia suscitar divergências, promovendo
527 o debate antes da análise final da minuta ser posta em votação. Destacou que o documento
528 se encontra organizado de uma forma em que se poderá construir recortes específicos para
529 a Educação Básica e Superior. Mencionou que o relator da comissão busca, por
530 intermédio da minuta, a convergência e destacou que é importante ampliar a divulgação
531 do texto, bem como a participação por meio da Consulta Pública. O Conselheiro Celso
532 Niskier agradeceu à presidente e contextualizou sobre o processo de elaboração da
533 matéria, onde a comissão vêm há quase um ano realizando momentos de escutas com a
534 sociedade. Neste processo de diálogo incluiu o primeiro seminário sobre Inteligência
535 Artificial, realizado em dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro e a audiência
536 pública, em abril do vigente ano. Comentou que com a participação do relator o
537 Conselheiro Israel Matos Batista da Câmara de Educação Básica, está finalizando a
538 versão final do relatório e que o documento será uma referência no debate sobre a temática
539 da IA na educação. O Conselheiro Celso Niskier apresentou quatro pontos principais a
540 serem discutidos entre os conselheiros: 1. inclusão da IA como tema transversal nos
541 currículos da Educação Básica e Superior, comparando com temas acerca dos direitos
542 humanos e meio ambiente, destacando sua natureza como tecnologia de propósito geral;
543 2. formação docente, defendendo a inclusão da IA como componente obrigatório nas
544 licenciaturas e o estímulo à formação continuada; 3. O uso da IA com mediação
545 pedagógica obrigatória, garantindo supervisão docente em aplicações da tecnologia na
546 aprendizagem; e 4. exigência de um Plano Institucional de Inteligência Artificial - PIA,
547 incorporado ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, com compromisso ético e
548 de transparência, a ser verificado nos processos de avaliação e credenciamento. A
549 Conselheira Monica Sapucaia Machado manifestou dúvidas sobre a abordagem da IA
550 como tema transversal, argumentou que diferentemente de temas estruturantes como
551 igualdade racial ou de gênero, a IA possui dimensões técnico-científicas que demandam
552 tratamento específico, principalmente no Ensino Superior, bem como Pós-Graduação.
553 Destacou que a missão do CNE consistirá na regulação ética e pedagógica do uso da IA
554 como ferramenta educacional. O Conselheiro Israel Matos Batista defendeu o
555 reconhecimento da IA como tecnologia de propósito geral e fenômeno sociotécnico,
556 sugerindo que o relatório aborde princípios como: o direito à realidade e a desigualdade
557 sintética. Alertou para a necessidade de diversidade epistêmica e reforçou a centralidade
558 docente no processo, bem como a supervisão humana diante das limitações
559 contemporâneas sobre o uso da IA. Concordou com a obrigatoriedade da IA nas



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

560 licenciaturas, mas ponderou uma formação sólida em ciência, tecnologia e estatística, evitando, por exemplo, abordagens tecnicistas. Frisou a respeito de salvaguardas que levem a precarização do trabalho docente e sugeriu a elaboração de diretrizes que proíbem práticas de vigilância disfarçada, em referência a organização de dados da *Human Rights Watch* sobre a pandemia. A Conselheira Cleunice Matos Rehem destacou que a IA representa um divisor de águas na educação e defendeu a inclusão como componente curricular obrigatório nos níveis de ensino, alertou que o tratamento meramente transversal pode comprometer o aprendizado efetivo e ético sobre o tema. Reforçou a importância da formação de professores especializados. O Conselheiro Gastão Dias Vieira compartilhou experiências internacionais, alertando sobre o excesso de regulamentação, ou seja, tornando IA ineficaz ou inacessível. Reforçou que a IA deve auxiliar, porém, não substituir o papel docente e destacou, ainda, a necessidade de elaborar diretrizes objetivas propostas pelo MEC. Ponderou o risco da IA ser tratada como tema genérico e defendeu a abordagem estratégica e realista para a implementação e lembrou dos desafios estruturais das escolas mais vulneráveis. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes concordou com as considerações do Conselheiro Gastão Dias Vieira e alertou para o risco de diretrizes curriculares rígidas diante das desigualdades educacionais. Defendeu que o CNE elabore um Parecer Orientativo, não impositivo. Pontuou que o papel do Conselho é apoiar e não impor modelos inacessíveis às realidades brasileiras. O Conselheiro Celso Niskier agradeceu as contribuições dos membros da comissão. Destacou que o documento a ser aprovado, trará a proposta de transversalidade e a aplicação deverá acontecer através de projetos práticos. Reforçou a importância da avaliação institucional e da inclusão dos princípios éticos nos processos de credenciamento, evitando que a diretriz seja considerada letra morta. Mencionou que é fundamental estabelecer critérios claros sobre o uso da IA nas práticas educativas, bem como os mecanismos de monitoramento sobre o uso. Esclareceu que a Consulta Pública está prevista para agosto do ano de dois mil e vinte e cinco ou em setembro. Tal atividade tem por objetivo submeter as contribuições na versão final do documento, que será posto em votação ainda este ano. A presidente da Comissão, a Conselheira Monica Sapucaia Machado, agradeceu aos presentes e declarou encerrada a reunião. No dia sete de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, das dezessete às dezoito horas, reuniu-se a **Comissão da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, com a finalidade de debater o tema Novo Marco Regulatório da Educação a Distância - EaD**. Estiveram presentes os Conselheiros Celso Niskier (Presidente), Henrique Sartori de Almeida Prado (Relator), Elizabeth Regina Nunes Guedes, Monica Sapucaia Machado e Paulo Fossatti. Participou, remotamente, por meio da plataforma Microsoft Teams, o Conselheiro Mauro Luiz Rabelo. Acompanhou a reunião de forma virtual, a convidada Manuela Ferraz Rodrigues da Costa, representando a Secretaria Executiva do Ministério da Educação (SE/MEC). O presidente da Comissão, Conselheiro Celso Niskier, deu as boas-vindas aos presentes e iniciou destacando a importância de alinhar o planejamento da comissão ao seu escopo, considerando as expectativas do Ministério da Educação (MEC) e os impactos do Novo Marco Regulatório da Educação a Distância - EaD. Propôs quatro eixos de trabalho: 1. substituição da Resolução CNE/CES nº 1/2016 por outra



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

603 conceitual, alinhada aos novos referenciais de qualidade e ao Decreto nº 12.456/2025; 2.
604 possível adaptação da Resolução CNE/CP nº 4/2024, relativa às licenciaturas, ao novo
605 marco regulatório, em articulação com a Comissão Bicameral Formação Inicial e
606 Continuada de Gestores da Educação; 3. definição de diretrizes para cursos impactados
607 pelo novo marco regulatório, das áreas da saúde, engenharia e gestão; e 4.
608 estabelecimento de um fluxo diferenciado para os processos de credenciamento e
609 recredenciamento no âmbito do CNE, conforme solicitação da Secretaria Marta Wendel
610 Abramo e do Diretor Daniel de Aquino Ximenes, ambos da Secretaria de Regulação e
611 Supervisão da Educação Superior - Seres/MEC. O relator da comissão Conselheiro
612 Henrique Sartori de Almeida Prado reforçou a importância da elaboração de uma nova
613 resolução que substitua a do ano de dois mil e dezesseis e destacou que tal resolução
614 fundamentou o decreto anterior, do ano de dois mil e dezessete. Afirmou que a comissão
615 deverá primar pela elaboração de uma diretriz geral que contemple os cursos impactados,
616 evitando revisões específicas curso a curso, o que poderia inviabilizar os trabalhos em
617 função do tempo e da complexidade. Defendeu o estabelecimento de um “*fast track*”
618 (alcançar resultados mais rápidos) para os processos de recredenciamento e
619 credenciamento, aos moldes do que já é realizado como metodologia pela Capes. A
620 Conselheira Monica Sapucaia Machado manifestou preocupação em relação ao escopo
621 da comissão, pois entende que o foco deveria ser restrito à modalidade de Educação a
622 Distância - EaD, excluindo os formatos presencial e semipresencial. Por sua vez, estes
623 últimos formatos carecem, inclusive, de uma comissão própria. Ressaltou que o Novo
624 Marco Regulatório possibilita três formas de oferta — presencial, semipresencial e EaD
625 —, sendo a última modalidade o objeto de discussão pela comissão. Destacou que a
626 discussão sobre licenciaturas e formação de professores precisará ocorrer em outros
627 fóruns. A Conselheira Elizabeth Regina Nunes Guedes comentou o posicionamento da
628 Conselheira Monica Sapucaia Machado, reforçando que o papel da comissão seja
629 exclusivamente a elaboração das diretrizes na modalidade EaD. Por orientação da
630 Secretária Marta Wendel Abramo, o CNE não deverá intervir nas resoluções das
631 licenciaturas, ou seja, se aguardará a manifestação do Ministro da Educação, senhor
632 Camilo Sobreira de Santana. Em relação ao fluxo de processos, corroborou com a
633 proposta do relator, elogiando a clareza e aderência às necessidades da Seres/MEC. O
634 Conselheiro Henrique Sartori de Almeida Prado rebateu parcialmente os argumentos
635 apresentados, defendendo que a atualização da Resolução CNE/CES nº1/2016,
636 necessariamente abrange os impactos do novo decreto nos percentuais de EaD, que, por
637 sua vez, afetam todas as modalidades de oferta. Argumentou que o próprio decreto define
638 EaD como uma forma de oferta, não como metodologia, o que justifica o trabalho da
639 comissão a respeito do tema. Concordou que é prudente aguardar a publicação das
640 portarias anunciadas pelo Ministério da Educação e propôs uma nova resolução. O
641 Conselheiro Celso Niskier primou pelo consenso entre os membros, esclareceu que o
642 plano de trabalho num primeiro momento, visa apenas a autorização. Frisou que
643 modalidade EaD contempla múltiplos formatos de oferta, incluindo o semipresencial.
644 Ressaltou que o Novo Marco Regulatório atinge toda a Educação Superior e que caberá
645 à comissão refletir sobre essa realidade. No que diz respeito à Resolução CNE/CP nº



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

646 4/2024, o grupo de conselheiros ponderou que a revisão seja suspensa, haja vista uma
647 definição política emitida pelo Ministério da Educação. Por fim, reiterou que o fluxo de
648 processos deverá ser discutido com a Secretaria-Executiva do CNE e a Seres/MEC. Como
649 encaminhamento, propôs que o relator Conselheiro Henrique Sartori de Almeida Prado
650 represente a comissão no grupo de trabalho que será constituído para tratar o tema em
651 questão. Finalizou-se a reunião a partir da definição das quatro propostas apresentadas,
652 com destaque para a elaboração de uma nova resolução para substituir a Resolução
653 CNE/CES nº 1/2016. Ainda, a formação do grupo de trabalho com o objetivo de repensar
654 o fluxo diferenciado dos processos de recredenciamento e credenciamento no âmbito do
655 CNE. Assim, a reunião foi encerrada, e, para constar, eu, Antonio Alberto Brunetta, lavrei
656 esta ata que, uma vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim e pelo Presidente
657 do Conselho Nacional de Educação, Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari. Brasília,
658 oito de julho do ano de dois mil e vinte e cinco. **RELATÓRIO DE REUNIÕES**
659 **EXTRAORDINÁRIAS DAS COMISSÕES. Reunião Extraordinária Comissão-CP.**
660 **1º Seminário Ciência, Tecnologia e Inovação- CTI.** O primeiro Seminário sobre
661 Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação, foi promovido pelo CNE e realizado em
662 oito de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, das quinze às dezessete horas, e contou
663 com a presença dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari, Celso Niskier, Cleunice
664 Matos Rehem, Elizabeth Regina Nunes Guedes, Henrique Sartori de Almeida Prado,
665 Israel Matos Batista, Mauro Luiz Rabelo, Monica Sapucaia Machado, Otavio Luiz
666 Rodrigues Jr., Paulo Fossatti; do Secretário-Executivo do CNE, Christy Ganzert Gomes
667 Pato; do Presidente Diego Menezes, da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa
668 Tecnológica e Inovação – Abipti; de Denise Pires Carvalho, Presidente da Coordenação
669 de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Capes; do Diretor-Geral do Instituto de
670 Matemática Pura e Aplicada - Impa, Marcelo Miranda Viana da Silva; da Diretora de
671 Apoio à Gestão Educacional - Dage/SEB/MEC, Anita Gea Martinez Stefani; do Assessor
672 da Presidência do Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino
673 Superior no Estado do Rio de Janeiro - Semerj, Max Damas e de André Joazeiro,
674 Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação - Secti, da Bahia. O Conselheiro Celso
675 Niskier destacou que a discussão sobre ciência, tecnologia e inovação é primordial no
676 cenário educacional do país. Segundo o Conselheiro, o objetivo da comissão é reunir
677 dados, ideias e propostas de especialistas para elaborar um relatório, bem como o Projeto
678 de Resolução. As diretrizes deverão contemplar desde a Educação Básica à Educação
679 Superior e incluir a Educação Profissional e Tecnológica. Entre os temas a serem
680 normatizados estão a iniciação científica, incubadoras, aceleradoras e ecossistemas de
681 inovação. A proposta é construir ideias concretas e aplicáveis, alinhadas aos desafios e
682 oportunidades futuras. O Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari reforçou o papel do
683 Conselho Nacional de Educação - CNE em discutir temas de fronteira e tratar dos déficits
684 históricos da educação brasileira, sendo imprescindível mirar o futuro com coragem e
685 responsabilidade, integrando ciência e tecnologia às práticas educacionais, portanto, não
686 deixando de reconhecer e corrigir os atrasos do passado. No campo da Educação Digital,
687 a Diretora de Dage/SEB/MEC, Anita Gea Martinez Stefani, apresentou o panorama sobre
688 o tema tratado. Enfatizou a importância da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas,



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

689 que busca garantir infraestrutura tecnológica e conectividade nas escolas públicas.
690 Considerou que a Base Nacional Comum Curricular - BNCC já contempla a competência
691 digital, mas ainda não está plenamente incorporada aos currículos escolares. A
692 apresentação incluiu diversas iniciativas do MEC, tais como: a Matriz de Saberes
693 Digitais, a Política Nacional de Educação Digital e a oferta de cursos pela Plataforma
694 Avamec, voltados à formação de professores. Mencionou a experiência da inclusão, pela
695 primeira vez, de um livro de educação digital no Programa Nacional do Livro Didático -
696 PNLD voltada ao Ensino Médio. Representando a Capes, a presidente Denise Pires de
697 Carvalho expôs o Novo Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG, ressaltou a relevância
698 do Sistema Nacional de Pós-Graduação, que conta com sessenta anos de existência. O
699 sistema é sustentado por universidades públicas, responsáveis por mais de sessenta por
700 cento dos títulos de mestrado e doutorado do país. Alertou para os impactos negativos da
701 pandemia do Covid, em 2020, os quais resultaram em cortes de financiamento, mas
702 apontou avanços recentes, como o aumento no número de bolsas desde o ano de dois mil
703 e vinte e três. A Capes atua na avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e
704 no financiamento de iniciativas nas regiões do Brasil, com o objetivo qualificar os
705 recursos humanos e ampliar os programas de pós-graduação fora dos grandes centros. O
706 diretor do Impa, Marcelo Miranda Viana da Silva, abordou o impacto da Matemática na
707 economia e empregabilidade. Segundo estudos pelo pesquisador, as profissões que
708 demandam alto nível de conhecimento matemático geram uma parcela significativa do
709 Produto Interno Bruto - PIB e oferecem salários superiores à média nacional. Demonstrou
710 o descompasso entre a formação universitária e as demandas do mercado. Mencionou a
711 queda por parte de graduados pelos programas de pós-graduação nas áreas de ciências
712 exatas. Citou que o Impa constituiu um curso de graduação que visa formar universitários
713 e futuros profissionais com sólida base em ciência, preparados para exercer funções na
714 área da Matemática, Ciência de Dados, Computação e Física. O instituto mantém o centro
715 de inovação destinado a projetos em parceria com empresas. Na sequência, o assessor da
716 presidência do Semerj, Max Damas, destacou que a velocidade da inovação tecnológica
717 impõe desafios à educação, gerando defasagem de mercado. Defendeu a atualização
718 permanente dos currículos, com sustentabilidade, territorialidade e reorganização do
719 trabalho. Apresentou conceitos como ciência aberta, ecologia dos saberes e o papel das
720 universidades no ecossistema de inovação. Citou a recomendação da Organização das
721 Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura - Unesco sobre ciência aberta e o uso
722 do “*Learning Compass*”, da - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
723 Econômico - OCDE, utilizada como ferramenta a orientar competências no Ensino
724 Superior. Entre as propostas estratégicas, ponderou sobre a gestão descentralizada e
725 participativa, indicadores institucionais, parcerias com startups e currículos inovadores.
726 O Presidente da Abipty, senhor Diego Menezes, compartilhou o testemunho particular, a
727 partir de sua história. Falou a respeito do poder transformador da ciência e da educação.
728 A Abipty representa os institutos de ciência e tecnologia no Brasil e atua na articulação
729 entre os setores público e privado, e entre as principais ações estão o apoio ao parlamento,
730 a defesa dos Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs e o monitoramento da “Lei do
731 Bem”, que mostrou impactos sociais relevantes. Ponderou os desafios da distribuição



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

732 desigual dos recursos financeiros entre os Institutos de Ciência e Tecnologia - ICTs nas
733 regiões do país, com maior concentração para o Sul e Sudeste. Informou que a Abipty atua
734 com a intenção de fortalecer a relação entre educação e ciência, ou seja, prima por
735 políticas públicas integradas. No encerramento do primeiro seminário, houve a
736 manifestação das Conselheiras Monica Sapucaia Machado e Elizabeth Regina Nunes
737 Guedes que enfatizaram a importância de mecanismos de incentivo para a pesquisa
738 científica, sugerindo e comparando-a à Lei de Incentivo à Cultura, portanto, como uma
739 “*Lei Rouanet da ciência*”. A Presidente da Capes, Denise Pires Carvalho, destacou o papel
740 do financiamento público como instrumento de soberania nacional. O Conselheiro Israel
741 Matos Batista defendeu que ciência, tecnologia e educação devem estar integradas a um
742 projeto nacional. André Joazeiro, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação - Secti, da
743 Bahia, compartilhou a experiência da realidade estadual e a integração entre o setor
744 produtivo, as universidades e as escolas públicas. Os Conselheiros Antonio Cesar Russi
745 Callegari e Paulo Fossatti encerraram o primeiro seminário intitulado de Ciência,
746 Tecnologia e Inovação, fazendo uma convocação coletiva. Propuseram a continuidade
747 dos esforços da comissão na elaboração de uma Resolução em prol da valorização da
748 ciência, tecnologia e inovação na educação brasileira, reconhecendo o papel estratégico
749 no desenvolvimento sustentável e na soberania nacional. No dia oito de julho do ano de
750 dois mil e vinte e cinco, das dezessete às dezoito horas, no Plenário do Conselho Nacional
751 de Educação, foi realizada a **Reunião Extraordinária da Comissão sobre Regimento**
752 **Interno do Conselho Nacional de Educação - CNE**. Participaram presencialmente os
753 Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari (Presidente), Otavio Luiz Rodrigues Jr
754 (Relator - CES), Cleunice Matos Rehem, Elizabeth Regina Nunes Guedes, Henrique
755 Sartori de Almeida Prado, Israel Matos Batista, Maria Paula Dallari Bucci, Mauro Luiz
756 Rabelo, Monica Sapucaia Machado. Participaram, remotamente, por meio da plataforma
757 Microsoft Teams, os Conselheiros André Guilherme Lemos Jorge e Gastão Dias Vieira.
758 A reunião foi aberta pelo Presidente do CNE, Antonio Cesar Russi Callegari, que
759 expressou a complexidade da pauta – a atualização do Regimento Interno do Conselho.
760 Frisou que é relevante aproveitar o tempo das reuniões para definir o planejamento da
761 comissão. Comentou que a minuta do regimento Interno do CNE, na conjuntura atual,
762 parte de um Projeto de Parecer, elaborado em um contexto anterior, que retornou para
763 reexame. Tal documento fora discutido pelo Conselho e remetido ao MEC. Destacou que
764 o regimento vigente, quando passar por qualquer modificação, precisará ser submetido à
765 homologação do Ministro de Estado da Educação. O presidente concedeu a palavra à
766 Conselheira Maria Paula Dallari Bucci que apresentou sugestões de encaminhamentos ao
767 documento. Agradeceu o apoio recebido por parte da Conselheira Monica Sapucaia
768 Machado, cuja assessoria contribuiu com a sistematização das propostas encaminhadas
769 pelo colegiado. Informou que estruturou a versão baseada na proposta advinda para
770 reexame e incorporou os avanços já debatidos durante as reuniões no CP, bem como as
771 sugestões da Consultoria Jurídica – Conjur/MEC. Pontuou que as sugestões são
772 especificamente a redação da minuta, legalidade e aprimoramento técnico. Destacou que
773 organizou as considerações enviadas pelos conselheiros, no formato de texto escrito, ou
774 seja, não adotou uma metodologia em tabela. Tal prática busca facilitar a leitura e



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ATA N° 16, DE 7 e 8 DE JULHO DE 2025 REUNIÃO DE COMISSÕES

775 compreensão do documento. Comentou a possibilidade de agregar ao documento as
776 contribuições remanescentes até quinta-feira da semana do dia dezessete de julho do ano
777 de dois mil e vinte e cinco. O objetivo da comissão é elaborar um documento unânime
778 pelo colegiado. A Conselheira Cleunice Matos Rehem, questionou se as contribuições
779 enviadas por ela, haviam sido incorporadas. A Conselheira Maria Paula Dallari Bucci
780 esclareceu que não as havia recebido diretamente, pois não é relatora do processo. O
781 Presidente Antonio Cesar Russi Callegari esclareceu que a Secretaria-Executiva insistiu
782 durante o processo para os conselheiros encaminhassem contribuições. Todavia, apenas a
783 Conselheira Cleunice Matos Rehem havia submetido considerações. A Conselheira
784 Elizabeth Guedes Regina Nunes Guedes, perguntou a respeito de novos prazos para
785 contribuições, tendo em vista, que não havia enviado sugestões por receio de duplicidade
786 ou conflito com decisões anteriores. A Conselheira Maria Paula Dallari Bucci sugeriu o
787 envio imediato. O Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. reforçou a importância de
788 concentrar as discussões na análise do documento já consolidado, evitando debates
789 estéreis em plenário. Propôs que as sugestões ao documento sejam incorporadas e
790 revisadas até o mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco para que, no mês de agosto,
791 o colegiado possa apresentar a versão finalizada do documento, de modo que no mês
792 subsequente, seja posto em apreciação e votação. Em complemento, o Conselheiro Otavio
793 Luiz Rodrigues Jr. ressaltou a necessidade de reflexão sobre um ponto sensível: a
794 limitação da participação remota dos conselheiros, tema incluído na proposta de texto em
795 razão de recorrentes problemas de quórum. O Conselheiro Henrique Sartori de Almeida
796 Prado, concordou com a proposta, defendendo que a participação remota deverá estar
797 condicionada à justificativa formal e aprovação da presidência. Destacou a importância
798 de manter a dedicação integral às atividades do CNE, inclusive ao término do calendário
799 de reuniões nas quintas-feiras. A Conselheira Maria Paula Dallari Bucci sugeriu que a
800 minuta seja compartilhada aos demais conselheiros que integram o colegiado, pois a partir
801 dessa ação o debate não se restringirá apenas aos membros da comissão. O Secretário-
802 Executivo do CNE, Christy Ganzert Gomes Pato, informou que o Coordenador-Geral da
803 Coordenação-Geral de Assuntos do Colegiado - CGAC Antonio Alberto Brunetta,
804 organizou a metodologia de trabalho, a partir de uma tabela comparativa, onde consta,
805 artigo por artigo, a proposta devolvida pelo MEC e as novas sugestões, a indicação de
806 autoria das contribuições, ou seja, afirmando que esse método facilitará a análise da
807 minuta pelos conselheiros. Como encaminhamento da reunião da Comissão do
808 Regimento Interno, ficou definido que o material será reenviado por e-mail. O Presidente
809 Antonio Cesar Russi Callegari agradeceu a participação dos conselheiros e respectivas
810 contribuições sobre a matéria e declarou encerrada a reunião, e, para constar, eu, Antonio
811 Alberto Brunetta, lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada eletronicamente
812 por mim e pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação, Conselheiro Antonio
813 Cesar Russi Callegari. Brasília, oito de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.